

Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa

Luís Mendes

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa.
Telef: (+351) 21 792 00 00. Fax: (+351) 21 796 00 63.
Email: luis.mendes@ceg.ul.pt.

Resumo – É de consenso generalizado nos estudos urbanos o facto de que quando se fala de segregação urbana, se emprega o termo para qualificar as formas mais evidentes da divisão social do espaço urbano. A cidade é a configuração socio-espacial que corresponde às formas mais manifestas desta diferenciação das actividades e dos indivíduos. Numerosos trabalhos debruçaram-se sobre o estudo dos fenómenos de diferenciação urbana partindo de um ponto de vista particular: o da localização dos domicílios. Daremos conta de como esta geografia residencial e do mercado informal de habitação interessa à teoria da fragmentação socio-espacial da metrópole contemporânea.

O elevado crescimento demográfico de Lisboa foi provocado, a partir dos anos 50, pelo desenvolvimento simultâneo de diferentes tipos de movimentos migratórios: migrações internas com origem nas áreas rurais do interior do país o regresso dos retornados das ex-colónias africanas, em 1975-76 e, a partir de meados dos anos 80, de um número cada vez maior de imigrantes oriundos dos PALOP. Este crescimento populacional reflectiu-se no aumento da procura de habitação, doravante, incapaz de ser satisfeita pelo mercado formal de habitação privada e pela habitação social. Em consequência deste processo, avolumaram-se as carências neste sector e desenvolveu-se um mercado paralelo para absorver os segmentos da procura insolventes para o mercado formal: subaluguer de quartos e partes de casa em alojamentos dos bairros históricos da cidade e difusão de bairros de barracas e de habitação clandestina, na periferia de Lisboa. Especificamente, o estudo de caso que nos

vai ocupar neste texto diz respeito ao funcionamento do mercado informal de habitação no Bairro da Cova da Moura, localizado na Amadora (primeira coroa suburbana de Lisboa), e à desvalorização do parque habitacional do espaço envolvente como factor e condição de reprodução e acumulação de capital imobiliário, mas também de produção de uma divisão social do espaço urbano crescentemente fragmentada.

Palavras-chave: Segregação residencial; segregação socio-espacial; fragmentação urbana; mercado de habitação; urbanização clandestina; Bairro da Cova da Moura; Lisboa.

Abstract – «Clandestine urbanization and contemporary socio-spatial urban fragmentation: Cova da Moura's neighbourhood in Lisbon's periphery»

It is of general consensus in urban studies that when dealing with urban segregation, this term is used to qualify the most evident forms of social division in the urban space. The city is the social and spatial configuration that corresponds to the most evident forms of this differentiation of activities and individuals. Numerous studies have focused on the analysis of urban differentiation phenomena from a particular point of view: that of the location of domiciles. We will focus on how this residential geography and the informal housing market is interesting to the theory of socio-spatial fragmentation of the contemporary metropolis.

The high demographic increase in Lisbon since the 1950s was provoked by the simultaneous development of different types of migratory movements: internal migrations with origin in rural areas of inland Portugal, the return of emigrants from African ex-colonies in 1975-76, as well as, since the mid-1980s, a higher number of immigrants from African countries whose official language is Portuguese (PALOP). This has resulted in the growth of housing demand, unable to be satisfied by the formal market of private and social housing. As a consequence of this process, there has been a growth in the needs of this sector and a parallel market has developed to absorb the demand segments insolvent to the formal market: sub-letting of rooms and household divisions in lodgements of the city's historical quarters and diffusion of shacks' neighbourhoods and clandestine housing in Lisbon's outskirts. The case study in this text is concerned with the functioning of informal housing market in Cova da Moura's neighbourhood, located in Amadora (first suburban periphery of Lisbon), as factor and condition of reproduction and capital accumulation, but also production of an increasingly splintered social division in the urban space.

Keywords: Residential segregation; social and spatial segregation; urban fragmentation; housing market; clandestine urbanization; Cova da Moura's neighbourhood; Lisbon.

1. INTRODUÇÃO

É de consenso generalizado nos estudos urbanos o facto de que quando se fala de segregação urbana, se emprega o termo para qualificar as formas mais evidentes da divisão social do espaço urbano. A cidade é a configuração socio-espacial que corresponde às formas mais manifestas desta diferenciação das actividades e dos indivíduos. Numerosos trabalhos debruçaram-se sobre o estudo dos fenómenos de diferenciação urbana partindo de um ponto de vista particular: o da localização dos domicílios. Daremos conta de como esta geografia residencial e do mercado informal de habitação interessa à teoria da fragmentação socio-espacial da metrópole contemporânea.

À semelhança do elevado crescimento demográfico de toda a região de Lisboa, a partir dos anos 50, também o do município da Amadora foi provocado pelo desenvolvimento simultâneo de diferentes tipos de movimentos migratórios: migrações internas com origem nas áreas rurais do interior do país o regresso dos retornados das ex-colónias africanas, em 1975-76 e, a partir de meados dos anos 80, de um número cada vez maior de imigrantes oriundos dos PALOP (Lucinda Fonseca, 1990; Barata Salgueiro, 1992). Este crescimento populacional reflectiu-se no aumento da procura de habitação, doravante, incapaz de ser satisfeita pelo mercado formal de habitação privada e pela habitação social. Em consequência deste processo, avolumaram-se as carências neste sector e desenvolveu-se um mercado paralelo para absorver os segmentos da procura insolventes para o mercado formal: subaluguer de quartos e partes de casa em alojamentos dos bairros históricos da cidade e difusão de bairros de barracas e de habitação clandestina, na periferia de Lisboa.

Especificamente, o estudo de caso que nos vai ocupar neste texto diz respeito ao funcionamento do mercado informal de habitação no Bairro da Cova da Moura, localizado na Amadora (primeira coroa suburbana de Lisboa), e à desvalorização do parque habitacional do espaço envolvente como factor e condição de reprodução e acumulação de capital imobiliário, mas também de produção de uma divisão social do espaço urbano crescentemente fragmentada.

2. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO BAIRRO DA COVA DA MOURA

As últimas quatro décadas do século XX foram tempos de profundas transformações políticas, económicas e sociais na sociedade portuguesa; alterações essas, sem precedentes, que tiveram efeitos tremendos na população portuguesa, não tanto no aspecto quantitativo, uma vez que o total da população portuguesa não tem conhecido acréscimos muito significativos, mas essencialmente nos aspectos da distribuição e de estrutura. Neste quadro de mudança, o heterogéneo território da Área Metropolitana de Lisboa surge como a unidade espacial onde, para além de um fortíssimo crescimento

demográfico, se verificaram não só todos os fenómenos demográfico-espaciais observáveis na generalidade do País – por exemplo, o envelhecimento da população e, nas áreas de cariz rural, a perda de população, a terciarização da estrutura activa, a melhoria dos níveis de instrução, etc. – como, em função do seu cariz urbano-metropolitano, se regista(ra)m com inequívoca definição os fenómenos demográfico-espaciais próprios de uma grande urbe (ainda) em crescimento e, na actualidade, em consolidação. É, sem dúvida, neste plano, que reside a especificidade da Área Metropolitana de Lisboa: no seu interior, aos primeiros fenómenos já referidos, sobrepõem-se, entre outros, fenómenos como a suburbanização e a peri-urbanização; os fortísimos, sucessivos e diversificados fluxos de imigrantes; a nobilitação e a reabilitação urbanas dos bairros históricos; a desindustrialização e realocação industrial; a desconcentração das actividades económicas e uma litoralização ligada ao turismo e lazer por via das notórias melhorias nas acessibilidades.

A Amadora foi dos primeiros subúrbios da região de Lisboa a crescer e a desenvolver-se. Isto atendendo aos movimentos migratórios das décadas de 1960/70, à oferta habitacional, à sua proximidade da capital e ao eixo de concentração urbana servido pela linha ferroviária de Sintra. O processo de crescimento acelerado que daí decorreu deu origem a um território densamente povoado, urbanisticamente desqualificado, a que se associaram as responsabilidades acrescidas pelo facto de ter sido o primeiro município a ser criado no nosso país a seguir ao 25 de Abril de 1974.

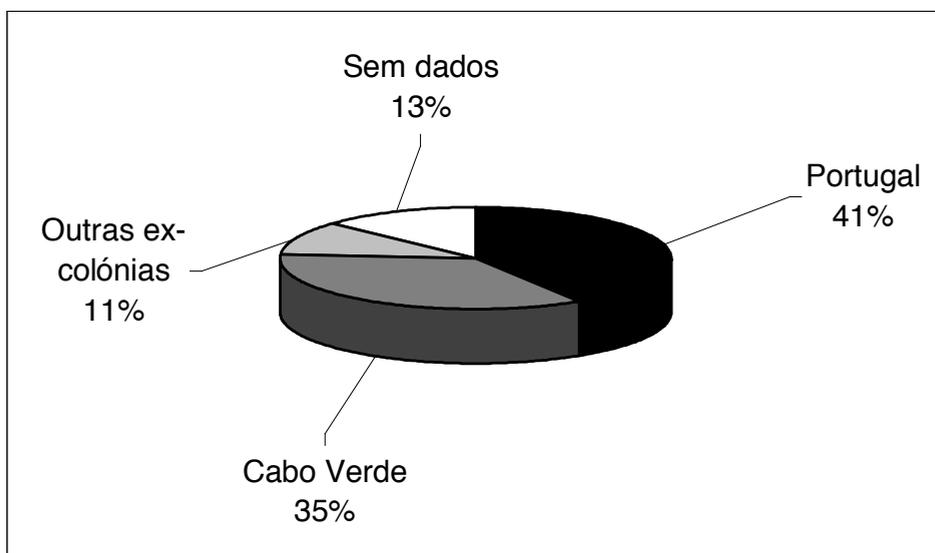
O Bairro da Cova da Moura situa-se num terreno com um declive elevado e abrange uma área de cerca de 16,5 ha na área oriental do município da Amadora, muito próximo de Benfica (Lisboa), sendo administrativamente partilhado pelas freguesias da Damaia e da Buraca, embora a maioria do território se localize nesta última. É limitado a Oeste por um conjunto de edifícios de vários pisos de promoção privada, dos quais se encontra parcialmente separado por uma vedação. A Sul, Leste e a Norte é delimitado por rodovias que circundam o bairro, a que se associa, no último caso, a linha ferroviária de Sintra e, no primeiro, o início do IC19. Pode dizer-se que o bairro deve a sua origem ao 25 de Abril de 1974, com a vinda dos retornados das ex-colónias portuguesas, que ali encontraram um espaço de acolhimento, embora haja testemunho da existência de algumas edificações anteriores, construídas por população oriunda de outras zonas do país, bem como de apoio à actividade agrícola. Na segunda metade da década de 70 e no início dos anos 80, num contexto de pós-descolonização, associado ao efeito de chamada das redes sociais de imigrantes, intensifica-se a ocupação destes terrenos, por parte de famílias oriundas principalmente de Cabo Verde, com habitações precárias que ao longo dos anos foram sendo melhoradas. O bairro, apresentando um tecido urbano de notória flexibilidade, que resulta da progressiva instalação dos seus habitantes e da sucessiva consolidação das estruturas urbanas, nomeadamente ao nível da instalação das infra-estruturas de saneamento básico, arruamentos

asfaltados, recolha de resíduos sólidos e iluminação das ruas, mas também de equipamentos colectivos.

A população do bairro é, em grande maioria, constituída por indivíduos de etnia africana e pelos seus descendentes, como destaque para os cabo-verdianos, muitos deles já nascidos em Portugal. Assim, mais de 40% dos indivíduos tem naturalidade portuguesa, embora seja relevante o facto de quase 2/3 dos residentes ser oriundo de um país estrangeiro (figura 1).

Quanto à estrutura demográfica, embora se verifique uma tendência para o crescimento do número de idosos na Cova da Moura, uma vez que os maiores de 64 anos atingiam cerca de 7% dos residentes, em 2001; acompanhada de uma aparente redução da taxa de fecundidade, o Bairro mantém estruturas demográficas originais no contexto das freguesias que integra, e mesmo do

Figura 1 – População residente no Bairro da Cova da Moura, segundo naturalidade, em 2001 (%)

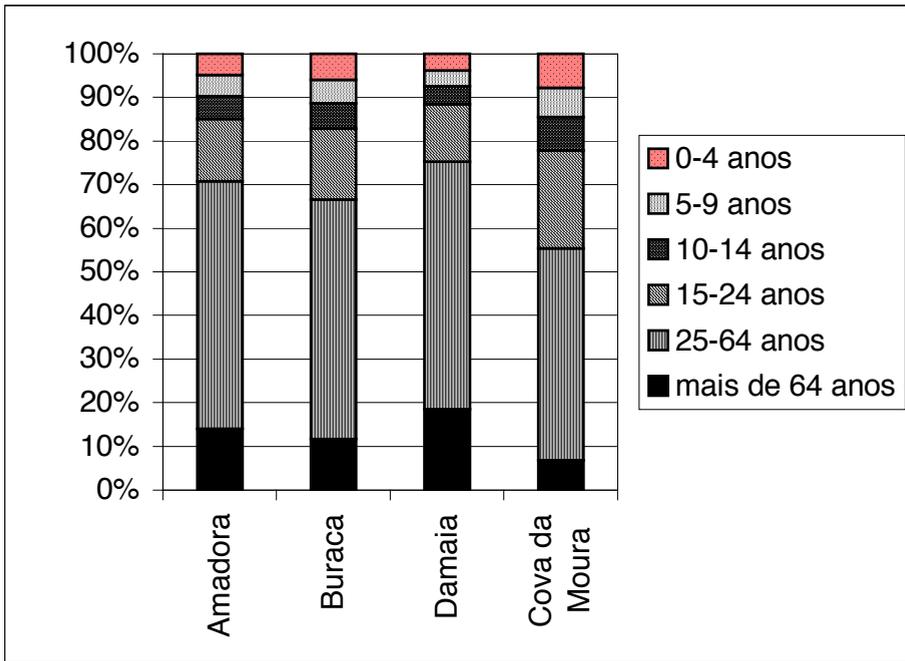


Fonte: Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura, Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA, 2001

próprio município da Amadora. Efectivamente trata-se de um bairro que apresenta uma população muito mais jovem comparativamente à da envolvente, com cerca de 22% da população com menos de 14 anos – sendo que no município da Amadora não atingem 15% - e quase 45% com menos de 24 anos (figura 2).

No que diz respeito à condição perante o trabalho e estrutura socio-profissional, é evidente que o perfil do trabalho realizado pela população do bairro é essencialmente de carácter pouco qualificado, frequentemente com contratos de trabalho precários e auferindo baixos salários. A sobre-representação destas actividades indiferenciadas e socialmente desvalorizadas, onde é comum a precariedade, é justificada, não só pelos baixos níveis de

Figura 2 – População residente no Bairro da Cova da Moura, na Amadora, na Damaia e na Buraca, segundo os grupos etários, em 2001 (%)



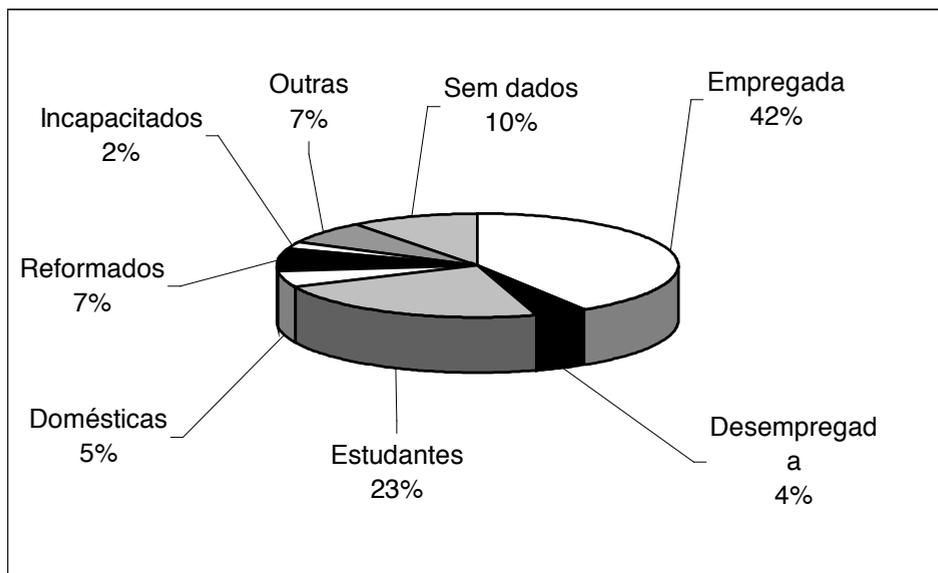
Fonte: INE, Censos 2001. Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura, Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA, 2001

escolaridade ou pela urgente necessidade de garantir recursos económicos, mas também pelos preconceitos dos empregadores, que posicionam os indivíduos de origem africana nos segmentos pouco qualificados do mercado de trabalho, construindo representações sociais que acabam por funcionar como obstáculos à atribuição de posições profissionais mais valorizadas.

Tratando-se de um bairro onde predomina a população jovem e activa, compreende-se que os activos (42%) e os estudantes (cerca de 23%) sejam os grupos dominantes, como é possível observar na figura 3. Embora existam situações de dependência (reformados e pessoas a viver de subsídios incluídas na categoria “outros”), estas não assumem dimensões muito significativas. Relativamente aos desempregados, o valor apresentado no gráfico é reduzido, mas o seu significado é pouco relevante, uma vez que esta variável macroeconómica é fortemente influenciada pelas conjunturas.

A actividade empregadora predominante entre os homens é a construção civil, com um conjunto de empreiteiros e sub-empreiteiros, agregando um número significativo de trabalhadores recrutados nas redes de relações familiares e de vizinhança. Estes pequenos empresários e trabalhadores independentes são contabilizados como “empresas” de construção e de obras públicas sediadas no bairro, sendo frequentemente fazer da habitação a sede da empresa, não constando, todavia, nenhuma identificação em tabuleta/placa exterior, mas

Figura 3 – População residente no Bairro da Cova da Moura, segundo a condição perante o trabalho, em 2001 (%)



Fonte: Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura, Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA, 2001

sendo conhecidos pela população local. As mulheres ocupam-se em trabalho doméstico, limpeza industrial, serviços ao domicílio, restauração, venda ambulante ou em pequenos mercados locais. A análise da figura 4 evidencia a polarização do emprego em torno das actividades pouco qualificadas (serviços pessoais e domésticos e trabalhadores da construção civil), traduzindo uma dicotomia evidente nas formas de inserção profissional segundo o género (Malheiros et al., 2006).

O Bairro da Cova da Moura, actualmente um dos mais problemáticos da Grande Lisboa devido à existência de uma grande densidade populacional¹ e a um grande número de habitações clandestinas, bem como à falta ou insuficiência de infra-estruturas urbanísticas, de equipamento social, de áreas livres e espaços verdes, e à existência de deficiências graves nos edifícios existentes no que se refere a solidez, robustez e salubridade; está a ser alvo de recuperação por parte da Câmara Municipal da Amadora (CMA), com o objectivo não só de requalificar o Bairro, bem como de integrar socialmente a população aí residente.

¹ De acordo com o mais recente estudo de Caracterização do Bairro, a densidade habitacional é de cerca de 85 fogos/ha e a densidade populacional de aproximadamente 306 hab./ha. Comparando estes valores com os registados para o conjunto do Concelho da Amadora, (34 fogos/ha e 74 hab./ha), tornam-se evidentes os níveis elevados de densidade do Bairro. Mesmo nas duas freguesias que abrangem a Cova da Moura, Buraca e Damaia, os valores continuam longe daquele patamar (40 fogos/ha e 71 fogos/ha, 97 hab./ha e 146 hab./ha, respectivamente).

Figura 4 – População residente no Bairro da Cova da Moura, segundo o grupo profissional, em 2001 (%)

<i>Grupos profissionais</i>	%
Profissões científicas, técnicas, artísticas e similares; Directores e quadros superiores administrativos	3
Pessoal administrativo e técnicos intermédios	5
Pessoal de comércio e vendedores	5
Serviços pessoais, domésticos e de segurança	33
Trabalhadores da agricultura e pesca	1
Trabalhadores da indústria transformadora e construção civil; condutores de máquinas fixas e de transporte	40
Sem dados	12

Fonte: Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura, Vasco da Cunha, Estudos e Projectos SA, 2001

3. INTERVENÇÕES PÚBLICAS DE REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS EM CRISE E A INICIATIVA “OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E REINSERÇÃO URBANA DE BAIROS CRÍTICOS”

A requalificação do bairro tem estado no topo da agenda autárquica, dada a degradação urbanística de toda a envolvente e da imagem externa do próprio município. Progressivamente, a autarquia tem vindo a atender às orientações estratégicas do Plano Director Municipal, em vigor desde 1994, e de outros instrumentos de ordenamento e requalificação do território, para desenvolver programas e estratégias de melhoria dos padrões de qualidade de vida, na atenuação das carências habitacionais e no fortalecimento e diversificação da base produtiva, através da utilização de recursos próprios, de apoios da administração central, ou recorrendo a parcerias institucionais e a financiamento comunitário. Com o apoio de fundos comunitários, estão em fase de implementação vários projectos de qualificação do espaço urbano, como o URBAN II (no seguimento do URBAN I) e o PROQUAL.

Neste sentido, a CMA está a desenvolver um conjunto de medidas que visam o controlo da degradação desta área. No seguimento do processo de reconversão do bairro, a CMA deliberou aprovar a candidatura ao Programa Polis, de reconversão e recuperação das freguesias da Damaia e da Buraca – localizadas no extremo oriental do município – com centralidade na Cova da Moura, a partir de um projecto no valor de 3 milhões e duzentos mil contos, com vista à obtenção de financiamento comunitário que suporte os

investimentos necessários a efectuar no processo de reconversão daquele bairro e nas referidas freguesias envolventes.

Além disso, foi aprovada a candidatura ao Programa Comunitário Urban II para a requalificação das Freguesias da Damaia e Buraca, onde o Bairro da Cova da Moura está integrado. A área de intervenção deste programa no município, cobre parte destas freguesias, localizadas no extremo oriental. A zona URBAN, incidindo sobre um território de 80 hectares, limitada a Norte pela linha ferroviária, e a Sul pela auto-estrada IC19 e, a Oeste e a Este, pelo limite administrativo das freguesias da Damaia e da Buraca, respectivamente, tem, no Bairro da Cova da Moura, o espaço central, motivador e polarizador de toda a sua estratégia. São diversas as metas a alcançar: a supressão das carências habitacionais, a qualificação urbana, a plena integração social da população residente, um combate mais eficaz à incidência da toxicodependência e a dinamização sócio-económica do bairro, através do estímulo à implantação de novas actividades económicas e serviços, de associativismos de índole socio-cultural, da valorização cultural da população africana e da qualificação profissional dos recursos humanos. A intervenção, em curso, que resulta da cooperação entre o programa URBAN II da Amadora e outros programas e projectos, visa contribuir para a definitiva e total integração do bairro nas vivências cidadinas, eliminando a estrutura física e social de enclave que tem estado presente no quotidiano do bairro. Entre os vários projectos deve destacar-se a Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” (Resolução do Conselho de Ministros nº. 143/2005, de 2 de Agosto).

A Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” (normalmente designada de Iniciativa “Bairros Críticos”), contribui para a operacionalização de uma linha estratégica da Política das Cidades, orientada para a integração sócio-urbanística de territórios que apresentam factores de vulnerabilidade crítica; podendo-se apontar como diferenças fundamentais face a anteriores programas de intervenção o: 1) Pretender estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas, inovadoras, integradas e participadas, e; 2) Procurar a concertação e optimização dos actores e da acção pública em intervenções integradas.

Com esta Iniciativa, o governo pretende testar uma linha experimental de desenvolvimento de metodologias e modelos de intervenção, gestão e financiamento que possam ser referenciados como “Boas Práticas” e que possam constituir um painel de metodologias, instrumentos e modelos de intervenção passíveis de poderem ser objecto de transferibilidade e aplicação alargada, num futuro próximo. A Iniciativa assenta nos seguintes pressupostos: um envolvimento interministerial formalizado, no sentido de assegurar a concertação das iniciativas e a definição das prioridades; a participação dos Parceiros Locais na própria definição e concepção dos Planos de Intervenção; O desenvolvimento de parcerias público-público e público-privadas, aos vários

níveis, quer em matéria de modelo de financiamento, quer no que se refere aos modelos de gestão de projectos. Faz depender os Planos de Acção e os Modelos de Financiamento e de Gestão de um trabalho participado por representantes dos Ministérios envolvidos e Parceiros Locais (concepção e execução).

Como forma de garantir estes pressupostos de Participação, Parceria e Proximidade, no que se refere às especificidades de cada território, esta iniciativa assegura, no seu modelo organizacional: A constituição, para cada território, de Grupos de Parceiros Locais reunindo um conjunto alargado de stakeholders – ministérios, autarquias, programas e projectos com expressão no terreno, organizações, associações e lideranças locais. Este Grupo de Parceiros Locais é responsável pela concepção do desenho da Intervenção, com o apoio e animação de Grupos de Apoio Técnico (GAT) (de composição multidisciplinar), sob coordenação do Instituto Nacional de Habitação. A elaboração de Acordos de Parceria e a gestão integrada dos Planos de Acção – previamente definidos e concertados em sede de Grupo de Parceiros Locais.

O estudo desta iniciativa não é o objectivo desta reflexão. Fica, porém, esta nota introdutória de contextualização e enquadramento.

4. O MERCADO INFORMAL DE HABITAÇÃO E A TEORIA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: MOVIMENTO CÍCLICO DO CAPITAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

A desvalorização do mercado de habitação de determinadas áreas da cidade constitui-se como processo de reestruturação urbana, produto social do capitalismo avançado e tardio, condicionado em particular por um determinado regime de acumulação de capital e luta de classes que lhe são subsidiários. Defendendo a premissa de que o espaço urbano é socialmente produzido (Lefebvre, 1974), compreendemos a construção clandestina como materialização territorial de uma estrutura social e modo de produção que entendem o alojamento-mercadoria como objecto de especulação e elemento de reprodução da força de trabalho, geradora de mais-valia, logo, respondendo aos interesses da acumulação capitalista (Sousa Santos, 1982; Cabral, 1986). A verdade é que o capitalismo, enquanto sistema que tem como motor da sua perpetuação a desigualdade socio-espacial, conducente à geração de mais-valia e lucro, nunca produzirá as casas de acordo com as necessidades das populações, mas sim o alojamento enquanto mercadoria e produto imobiliário que apenas interesse à sua reprodução como sistema. Em termos habitacionais, face a uma oferta legal escassa, cara e desajustada relativamente à procura, a construção clandestina tem constituído uma alternativa de alojamento para largas faixas do operariado e da pequena burguesia urbana (segmentos da classe trabalhadora que ocupam lugares de baixa remuneração e de contrato precário tanto na indústria como nos serviços).

Na cidade capitalista, o fundamento não é o bem-estar da generalidade da população, mas o eficaz funcionamento dos mecanismos de controlo, regulação e acumulação capitalista. A apropriação e utilização do espaço urbano torna-se num processo conflitual, não só entre utentes e proprietários da cidade, mas entre os próprios agentes capitalistas cujos interesses são concorrenciais. Assim, muitas das acções que se desenrolam nas áreas urbanas não representam uma intervenção consensual e coerente do Poder, mas o resultado de lógicas e estratégias em concorrência dos diversos agentes urbanos (grandes ou pequenas empresas de serviços e indústrias, grandes ou pequenos proprietários de terrenos, promotores imobiliários, empresas de construção, etc.) (Castells, 1977; Harvey, 1973, 1978, 1985; Gottdiener, 1985; Carlos, 1992, 1994). A população (i)migrante e os grupos socio-económicos mais desfavorecidos debatem-se com esta realidade e com as suas contradições, tendo, com isso, um papel fundamental no estabelecimento da dialéctica inerente à luta de classes que se sujeita, muito frequentemente, às leis e aos mecanismos dominantes da acumulação capitalista (Castells, 1975, 1978).

Um pressuposto marca transversalmente todos os pontos da presente reflexão: as relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialecticamente. Se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais manifestam-se nas necessidades de capital. Todos os analistas urbanos que propõem estudos a partir deste princípio teórico concordariam com a ideia de que o estudo da produção social do espaço requer uma análise do processo de acumulação capitalista. A acumulação de capital – ou a produção de mais-valia – é a força que impulsiona a sociedade capitalista. Por regime de acumulação pode entender-se o conjunto de princípios de organização da economia, que asseguram determinadas condições de produção (forma de organização do trabalho, tecnologia empregue, base energética, opções de localização, estratégias de armazenagem, etc.) e de ligação desta ao consumo (circuitos e formas de distribuição, formas de marketing e publicidade, etc...). Por sua própria natureza, a acumulação de capital necessita da expansão dos meios de produção, da expansão do tamanho da força de trabalho assalariada, da expansão da actividade de circulação na medida em que mais produtos se tornam mercadorias e da expansão do campo de controlo da classe capitalista dominante. É o garante da reprodução das relações de produção, que se cumpre, em primeiro lugar, pela materialidade do processo de produção e do processo de circulação (Harvey, 1985).

A partir desta perspectiva, os teóricos da acumulação de capital explicam que os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Na prática, os defensores desta tese ressaltam os aspectos estruturais desse processo e relacionam-nos com o desenvolvimento urbano. De todos os académicos que trabalham neste veio, David Harvey, Neil Smith e Allen J. Scott destacam-se pelas suas tentativas de apreender a natureza inter-relacionada do desenvolvimento capitalista e da

forma espacial urbana. De motor de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o investimento de capital. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas por causa dos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspectos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo (Lefebvre, 1972).

Este ponto obriga-nos a revisitar a relação entre a produção do espaço construído e as crises no processo de acumulação de capital estudada por Harvey (1975, 1978, 1982, 1985, 1987, 1989, 1991). O autor identifica três circuitos distintos de acumulação de capital. O circuito primário, que se refere à organização do próprio processo produtivo, como a aplicação de tecnologia e trabalho assalariado para produzir bens em troca de lucro. O circuito secundário, que implica investimento no ambiente construído. E, finalmente, o circuito terciário, que diz respeito ao investimento em ciência e tecnologia e numa ampla gama de despesas sociais relacionadas, principalmente, com os processos de reprodução da força de trabalho. A competição entre capitalistas resulta em superacumulação. Capital em demasia é produzido no total, comparativamente à existência de oportunidades de empregar esse capital. Uma solução temporária para esse problema é uma mudança do fluxo de capital para outros circuitos. Quando isso é feito em relação ao circuito secundário, temos a produção do ambiente construído. Por conseguinte, na perspectiva de Harvey, o montante periódico de investimento e a consequente valorização do ambiente construído estão claramente indicados nos ritmos cíclicos do processo de investimento de capital no espaço. A dinâmica dos ciclos de investimento e desinvestimento do capitalismo explica os estágios na construção do ambiente construído. Barata Salgueiro (1994: 91) sintetiza da seguinte forma: «Do ponto de vista da circulação do capital, os “booms” imobiliários coincidem com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) (...) em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo». A percentagem do capital fixo destinado ao sector da habitação – cerca de 20% da formação total de capital – revela, conforme tem sido acentuado repetidas vezes, a preferência pela propriedade urbana como forma de aplicação de capitais, com prejuízo dos empreendimentos agrícolas e industriais, onde os coeficientes de risco são geralmente superiores. A mesma preferência pela propriedade imobiliária origina, com muita frequência, um luxo espectacular das construções, cujo interesse social se tem de considerar nulo, quando não negativo, na medida em que reduz, para um dado investimento, o número de pessoas que é possível alojar (Silva Pereira, 1963).

À luz deste princípio, Smith (1979a, 1979b, 1982, 1984, 1986, 1987, 1996a, 1996b) procura explicar a reestruturação do espaço urbano como um processo

intimamente ligado à própria reestruturação da economia capitalista, mais precisamente, aos ciclos macroeconómicos de evolução irregular que marcam o desenvolvimento das sociedades de capitalismo avançado. Segundo o autor – e à semelhança do pensamento de Harvey – o desenvolvimento do capitalismo resultou, em parte, na superprodução das comodidades geradas, o que provocou uma inevitável quebra dos lucros no domínio da produção e, conseqüentemente, uma crise no seu interior. Deste modo, na sua concepção, esta crise do capitalismo só conseguiu ser atenuada e superada por intermédio de novas oportunidades e de novas formas de canalização do investimento para sectores que permitissem uma rápida e eficaz reprodução, designadamente, o imobiliário. Portanto, percebe-se que a partir do pós-guerra, aquele passou a dirigir-se preferencialmente para o sector da construção, em detrimento do sector tradicional da produção industrial, gerando importantes recomposições na expansão e organização espacial da forma urbana (Gottdiener, 1985).

O ambiente construído tornou-se o cenário de altos e baixos cíclicos no mercado imobiliário, com a existência paralela de deterioração e de superconstrução. Os dois fenómenos são produzidos pelo processo de construção na cidade sob relações sociais capitalistas e têm subjacente a ideia de que o crescimento urbano desigual é intrínseco à natureza capitalista de desenvolvimento. Inaugura-se, assim, um novo ciclo: o da valorização/desvalorização do espaço urbano nos mercados regionais de solo, com início do processo de suburbanização.

Os processos de suburbanização e emergência do “rent gap” são designados por Neil Smith (1986) como predominantemente responsáveis pela forma como o processo de reestruturação urbana se apresenta nos dias de hoje. Isto porque o movimento de saída de capital para a periferia provoca uma alteração inversamente proporcional dos níveis de renda do solo dos próprios subúrbios e dos bairros centrais: enquanto o valor do solo nos subúrbios aumenta significativamente com o crescimento de novas construções e infra-estruturas, e com a conseqüente introdução nesses espaços de uma multiplicidade de actividades, o valor fundiário dos bairros centrais, ao invés, sofre uma progressiva diminuição, sendo cada vez menor a quantidade de capital canalizado e investido na manutenção, reparação e recuperação do parque habitacional destas áreas no interior das cidades.

Deste fenómeno resultou o que Neil Smith (1986) denominou de emergência da “rent gap” nos bairros centrais – acentua-se a diferença entre a actual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central. Com a fase de suburbanização do capital e com os investimentos canalizados para a periferia, certos bairros centrais da cidade, sofrendo um processo de desinvestimento nas suas áreas, passaram a capitalizar significativamente abaixo do seu potencial valor de renda. É possível, contudo, que à semelhança do que tem acontecido mais recentemente nas outras metrópoles dos países de

capitalismo avançado, a procura de localizações para um investimento seguro e lucrativo em áreas metropolitanas, e face a um solo suburbano já saturado e mais dispendioso, canalize o capital público e privado para aquelas áreas subvalorizadas (atendendo à sua localização central), empreendendo-se acções (desde a reabilitação à simples especulação imobiliária) visando a obtenção de lucros através da diferença entre a renda capitalizada real e a potencial. É precisamente o movimento de saída de capital para os subúrbios e o consequente surgimento do fenómeno “rent gap” no espaço urbano central que, segundo o autor, cria maiores oportunidades económicas para a reestruturação urbana dos bairros centrais e para o investimento público e privado, na reabilitação e recuperação do seu parque habitacional e que corresponde a um fenómeno de ocorrência quase universal em todas as cidades das sociedades de capitalismo avançado (Smith, 1996b).

Creemos que as premissas inerentes ao “rent gap” podem ser, igualmente, aplicáveis ao caso empírico da área crítica do Bairro da Cova da Moura. A conclusão lógica da aplicação do princípio “rent gap” neste caso decorre do princípio da análise urbana marxista de que o desenvolvimento espacial desigual e a desvalorização periódica do espaço construído (neste caso, a área crítica desfavorecida do Bairro da Cova da Moura, ou as áreas históricas do centro da cidade que se vão degradando progressivamente, na perspectiva de Smith) são “funcionais” e produzidos intencional e deliberadamente para garantir o futuro investimento de capital e a respectiva reprodução. Para cada “zona de crescimento” que representa uma área de intensa atracção de investimento, existe uma “zona de transição”, onde o capital fixo é desvalorizado antes que os especuladores tirem vantagem do redesenvolvimento, característico de processos de regeneração urbana. O desenvolvimento desigual é intensificado pela necessidade funcionalista do processo de acumulação de capital em desvalorizar os seus investimentos passados, de forma a melhor se reproduzir por via de uma “destruição criativa”.

5. A TESE “RENT GAP” NO BAIRRO DA COVA DA MOURA E PARQUE IMOBILIÁRIO ENVOLVENTE E O REFORÇO DA FRAGMENTAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL URBANA

À luz da tese “rent gap”, a desvalorização do parque habitacional nas imediações do Bairro da Cova da Moura torna-se muito mais clara. Os resultados gerados pela análise empírica, embora forneçam valores meramente indicativos, corroboram as hipóteses levantadas anteriormente. Obtida a partir da análise estatística da base de dados de imóveis publicados no Portal Casa Sapo, composta actualmente por mais de 300 mil imóveis, a recolha dos valores médios de transacção comercial em euros por área bruta (m²) foi realizada não só nas freguesias de localização do bairro (Damaia e Buraca), mas também nas restantes que constituem o município da Amadora, e ainda

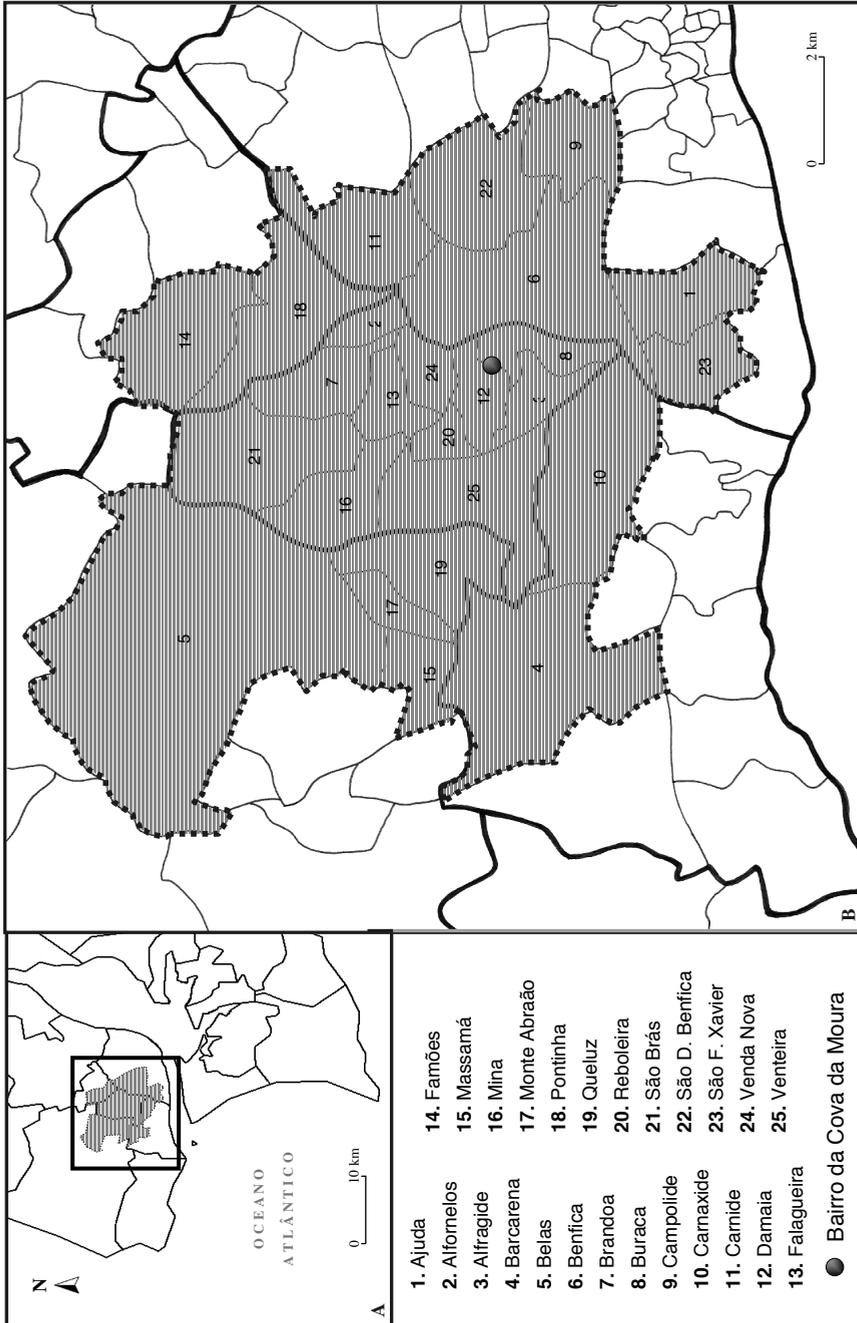
de outras envolventes às primeiras, mesmo que pertencendo a municípios vizinhos, mas com contiguidade física (Figura 5). Dentro de cada freguesia houve ainda o cuidado de analisar diversos lugares/localidades diferentes. Existem outros aspectos que poderão determinar o valor de um imóvel para além da sua localização, tais como: o seu estado (novo, usado, em construção, em projecto, por recuperar, recuperado) idade e tipologia (T0, T1, T2, T3, T4, T5, T6 ou superior). Nenhum destes foi considerado.

A distribuição dos valores médios de transacção comercial por m² (Figuras 6 e 7) indicia não só uma provável geografia da segregação residencial, como também conclusões muito próximas das hipóteses que este trabalho levanta para explicar a desvalorização do parque habitacional do Bairro da Cova da Moura e das áreas residenciais na envolvente imediata, pertencentes às freguesias da Damaia e da Buraca.

As freguesias que registam valores médios elevados de transacção comercial de imóveis correspondem a espaços residenciais pericentrais ao centro de Lisboa e à primeira coroa periférica com uma boa imagem urbanística e ambiental (ex: Ajuda, São Francisco Xavier, São Domingos de Benfica, Campolide). Estes valores confirmam elevados níveis de estatuto social e económico da população residente e uma sobre-representação da classe média e média-alta. Correspondem a áreas de prestígio social, garantindo uma proximidade aos locais de trabalho do terciário superior e mais qualificado, polarizado nos principais centros terciários da cidade de Lisboa. Parece, pois, legítimo pensar que na sociedade capitalista é o preço do imóvel, o mecanismo de distribuição social das populações no espaço urbano. Já as freguesias pertencentes ao município da Amadora e de Sintra – neste último caso, falamos já de uma segunda coroa periférica – são as que evidenciam os valores médios de transacção comercial mais baixos, com destaque para a Damaia, Falagueira, Mina, Belas, Massamá, Monte Abraão, Queluz e Barcarena (neste último caso, ainda município de Oeiras).

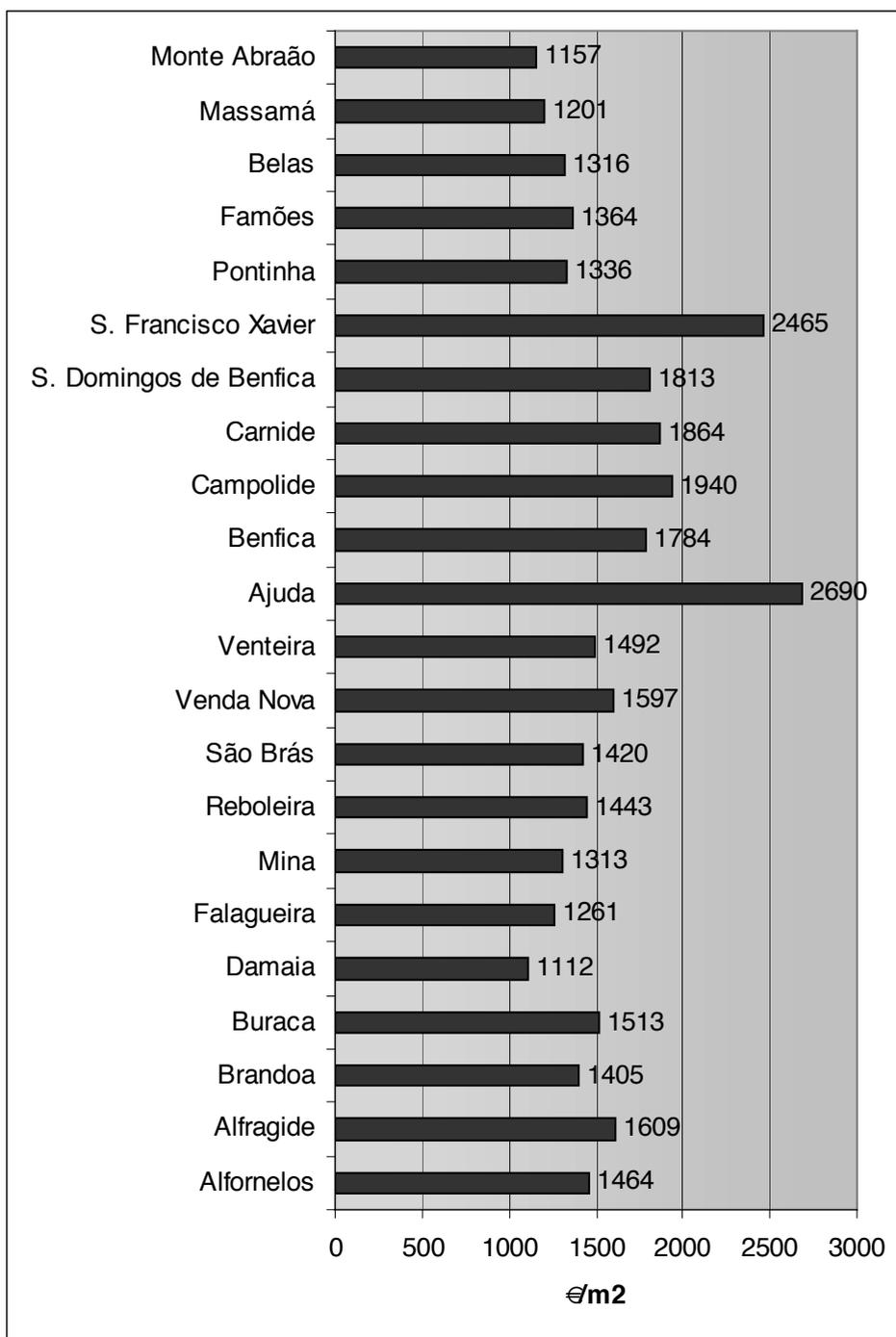
Curiosamente, a Buraca já apresenta valores de transacção superiores aos verificados na média da Amadora. Assim, à medida que o bairro e a área envolvente vão sofrendo um processo de degradação urbanística, acompanhado por um processo ideológico de estigma social, evidencia-se o reforço do diferencial entre a actual renda capitalizada face ao presente uso do solo no bairro, e a renda que potencialmente poderá vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização relativamente central, mediante a proximidade ao centro de Lisboa. O bairro situa-se num terreno com um declive elevado e abrange uma área de cerca de 16,5 ha, apresentando um tecido urbano de notória flexibilidade, que resulta da progressiva instalação dos seus habitantes e da sucessiva consolidação das estruturas urbanas, nomeadamente ao nível da instalação das infra-estruturas de saneamento básico, arruamentos asfaltados, recolha de resíduos sólidos e iluminação das ruas, mas também de equipamentos colectivos. Embora alguns considerem a topografia um ponto

Figura 5 – Freguesias de levantamento dos valores médios de transacção comercial dos imóveis



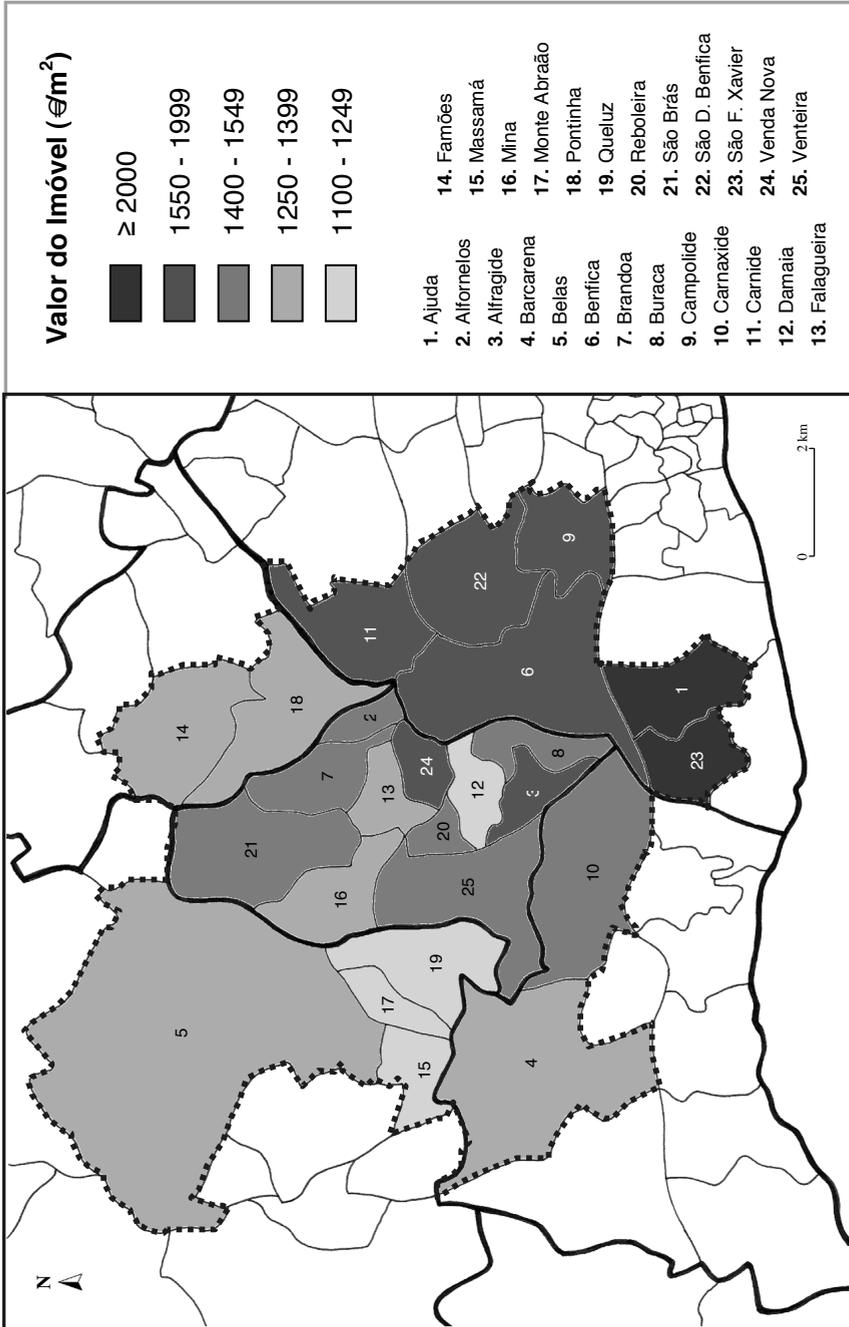
Fonte: Elaboração própria, Maio de 2006

Figura 6 – Valores médios de transacção comercial do imóvel (€/m²)



Fonte: Levantamento próprio, Maio de 2006

Figura 7 – Distribuição dos valores médios de transacção comercial do imóvel (€/m²), por freguesia



Fonte: Levantamento próprio, Maio de 2006

fraco, de facto representa também uma mais valia, uma vez que a qualidade das vistas assume um papel preponderante na inversão futura da matriz de atractividade do bairro para actividades imobiliárias (Malheiros et al., 2006). A um terreno sobrelevado face à envolvente próxima – situação topográfica que privilegia as vistas sobre as imediações e também a exposição solar, associam-se ainda a existência de transportes públicos na envolvente imediata (CP, Vimeca e Carris), a proximidade a Alfragide, a Lisboa e a nós de ligação a eixos viários regionais importantes, a proximidade a equipamentos (Escola Secundária, Escola Básica de 2º e 3º ciclos e Centro de Saúde), bem como a crescente revitalização económica e urbanística da área envolvente ao bairro (Buraca, Damaia, Alfragide e Benfica). Todos estes aspectos contam como pontos fortes tanto ao nível da caracterização do próprio espaço urbano do bairro propriamente dito, como ao nível da sua relação com a envolvente, contribuindo para uma maior centralidade. Só, desta forma, se pode interpretar o valor médio de 1112 €/m² na freguesia da Damaia e o contraste com os mais de 1700 €/m² dos bairros e áreas da freguesia de Benfica que são contíguas territorialmente àquela, mas que, muito provavelmente, o não são do ponto de vista da continuidade socio-espacial, reflectindo a dimensão crescentemente fragmentada da segregação socio-espacial urbana contemporânea (Barata Salgueiro, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001).

Esta autora, que se tem dedicado na última década a reflectir sobre as transformações da organização urbana na transição da cidade industrial para a pós-industrial, entende por fragmentação sócio-espacial urbana «uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura sócio-espacial que os cerca», sublinhando que «a fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios» (Barata Salgueiro, 1999: 225). Uma das principais características da cidade fragmentada é a profusão de enclaves, ou seja, o carácter pontual das implantações espaciais que introduzem diferenças bruscas no tecido sócio-espacial que as cerca. A presença de enclaves socialmente diferenciados e dissonantes aponta para uma apropriação do espaço com contiguidade física, mas sem continuidade social. Como comprova Lucinda Fonseca (2007) no estudo de caso de Mira-Sintra, a proximidade espacial das áreas de residência não se reflecte automaticamente no aumento das interacções socio-espaciais positivas entre vizinhos com diferentes “backgrounds” étnicos e sócio-culturais.

Desta característica resulta a existência de rupturas entre tecidos sociais justapostos, dando-se uma dessolidarização do entorno ou, por outras palavras, a uma não integração urbana, isto é, existência de descontinuidade e afastamento em relação ao restante tecido construído. Este carácter pontual e dissociado da envolvente é bem visível na oferta de habitações de alto standing em condomínios fechados e de luxo, que são quase sempre produto ora da renovação, ora da reabilitação urbanas. Mas também é evidente no

processo de marginalização dos territórios, quando este corresponde a uma representação negativa dos espaços, geralmente associada à presença de condições inferiores à norma em termos de acessibilidade, infra-estruturas e serviços, ao abandono pelos investimentos, por diminuição da rentabilidade da ocupação face ao crescimento de oportunidades de investimentos noutros lugares ou ainda à concentração de indivíduos ou grupos desfavorecidos e/ou excluídos socialmente que garantem a atribuição de conotações negativas aos territórios, afectando o seu valor na escala de prestígio (Barata Salgueiro, 2000).

Numa situação extrema, quando temos a formação de bairros onde predominam determinados grupos étnicos minoritários, muito frequentemente caracterizados por condições habitacionais degradadas, ou seja, quando existe uma clara associação entre uma homogeneidade étnica relativa e um meio físico e social degradado, pode-se falar na formação de um gueto, aqui entendido numa acepção simples, mas que, para todos os efeitos, se revela enquanto espaço marginalizado e relativamente fechado à envolvente, reforçando uma organização social do espaço urbano cada vez mais fragmentada, com perda de permeabilidade entre as várias áreas sociais (sem despeito da proximidade), redução da coesão social e territorial e acentuação de conflitos. Este conceito não se aplica, contudo, na Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que a estrutura socio-espacial desta, à semelhança da maioria das metrópoles europeias, caracteriza-se pela inexistência de guetos “étnicos” ou, pelo menos, pela sua redução a situações muito excepcionais, não só em termos de frequência, mas também relativamente às características que possuem (Malheiros e Mendes et al., 2007). Inclui-se, neste caso, o Bairro da Cova da Moura que apresenta um tecido social com mistura entre a população autóctone e alóctone e a quase inexistência de barreiras simbólicas e físicas, esboroando o sentido de fechamento do bairro e a potencial redução das relações deste espaço com o exterior, ainda que seja uma área residencial desintegrada da malha urbana envolvente.

Em suma, em nosso ver, o processo clandestino do bairro resulta, em parte, do desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano, sendo também produto social do jogo de oportunidades no mercado imobiliário pouco regulado, integrando-se no processo de acumulação de capital e de fragmentação sócio-espacial característica da metrópole de Lisboa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O último quartel do século XX foi marcado por uma série de transformações nas formas de produzir e acumular capital, com reflexos na forma de organização do espaço urbano. Todas estas transformações, que têm vindo a ser operadas em ritmos e intensidades diferenciados nos mais diversos lugares do mundo, são contextualizadas na actual fase atravessada pelo capitalismo, marcada

pelos processos de globalização e mundialização, promovendo e (re)definindo novas estruturas de produção e de consumo do espaço. Além destes aspectos mencionados, há que se acrescentar a emergência e acentuação de formas de fragmentação e segregação sócio-espacial, sendo necessário interpretá-las como parte integrante do processo em curso.

As transformações resultantes das novas dinâmicas económicas são mais perceptíveis no espaço urbano, especialmente nas áreas metropolitanas. Logicamente, as metrópoles constituem “terreno fértil” para a territorialização das novas dinâmicas por se apresentarem estratégicas à reprodução do capital (maior concentração de capitais, onde já estão localizadas as grandes instituições e empresas nacionais, multinacionais e transnacionais). Se, por um lado, neste espaço, o processo de globalização pode ser melhor percebido, por outro, a fragmentação expressa-se de modo acentuado. A diferenciação sócio-económica e espacial é, assim, tanto uma característica das metrópoles como uma consequência do processo de metropolização, sendo, antes de mais nada, resultado da divisão da sociedade em classes, da divisão social do trabalho e da forma como, no capitalismo, ocorre a produção e a apropriação de riquezas. No que concerne ao habitat urbano, foco central desta análise, cumpre ressaltar que a sua dimensão não se esgota na habitação, uma vez que esta não é simplesmente produto, mas também condição para a (re)produção do espaço urbano, aí incluindo o redireccionamento de fluxos, valorização imobiliária e, portanto, da apropriação diferenciada da cidade, do acesso ou não à habitação através do mercado formal.

Assim, entendemos a explicação da urbanização clandestina como fortemente dependente da relação dialéctica entre as sucessivas crises do processo de acumulação de capital e a produção do espaço construído. Explicámos como o ambiente construído surge da mobilização, extracção e concentração geográfica de quantidades significativas de mais-valia, até porque o capitalismo depende, primeiramente, da concentração e, depois, da circulação deste subproduto. A urbanização clandestina é produzida pela padronização espacial destes processos. O papel que, por sua vez, esta “forma urbana” nestes desempenha, deve-se a possibilidades sociais, económicas, tecnológicas e institucionais que regem a disposição da mais-valia concentrada dentro do espaço metropolitano, mediada na relação diferencial entre área valorizada e área desvalorizada. A ocorrência intencional da urbanização clandestina como oportunidade futura de negócio e investimento lucrativo é determinada, em grande medida, pelo modo como a sua área e a envolvente são de tal forma desvalorizadas que o padrão de desenvolvimento desigual acaba por representar um papel importante no processo futuro de investimento capitalista e, por conseguinte, na sua capacidade de reprodução (enfim de produção de mais-valia, logo, acumulação de capital). Especificámos o papel funcional do mercado habitacional clandestino do Bairro da Cova da Moura neste processo de acumulação de capital.

O parque habitacional construído através de toda essa economia de espaço é, desta forma, uma expressão tangível daquele processo que circula a mais-valia a fim de concentrar maior volume dela. A emergência de um mercado de habitação informal repousa, assim, nesta economia do espaço urbano na forma de um dispositivo criador, extractor e concentrador de mais-valia. A criação de valor na sociedade capitalista depende da distribuição dos fluxos de capital entre circuitos, que é impulsionada pela crise básica do capitalismo, isto é, para a tendência da queda da taxa de lucro, em virtude das cíclicas crises de superprodução.

Apesar de actualmente se reconhecer que esta abordagem tem um valor limitado como base de uma teoria da produção das formas espaciais, pois o espaço não pode ser simplesmente reduzido a uma mercadoria produzida pelo capital, a tese “rent gap” de Smith (1986) apresenta-se inovadora, visto integrar os contributos marxistas de Harvey sobre os ciclos periódicos de investimento verificados empiricamente, responsáveis pela produção do espaço construído, e o processo de acumulação de capital conceptualizado em termos de circuitos (movimento cíclico do capital de umas áreas urbanas para outras).

A proposta repousa sobre a premissa básica de que os padrões espaciais da urbanização clandestina correspondem à acção de forças profundas da organização capitalista. Assim, o processo de acumulação de capital é o principal produtor das mudanças reestruturadoras do espaço urbano no sentido da informalidade do parque habitacional. A produção espacial da área estudada realiza-se, igualmente, no plano das lutas de interesses e objectivos de classe e surge nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, revelando-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho dos últimos 40 anos.

Na emergência e manutenção do Bairro da Cova da Moura reconhecemos que a lógica da luta de classes inerente à problemática do alojamento urbano materializa-se também no espaço urbano através dos problemas ligados à posse e uso da terra. Uma vez que a mola de crescimento da acumulação de capital é a concorrência, assiste-se a uma disputa competitiva pelo uso dos vários espaços e, sendo o terreno escasso nas grandes aglomerações, os preços sobem a altos valores. Deste modo, a trama de preços existentes resulta, simultaneamente, dos requisitos locacionais que visam a minimização de custos e da concorrência que se estabelece na disputa desses lugares. Face à trama de preços, o elemento que define a localização é a capacidade de pagamento. Se nas actividades económicas isso conduz à especialização de áreas mais ou menos homogêneas segundo o padrão apresentado, na habitação aquela situação produz a estratificação social do espaço segundo o poder de compra, que é função da classe social a que o comprador pertence. Isto resulta do sentido atribuído à localização devido à identificação da posse de terra com a riqueza e, conseqüentemente, com uma fonte de rendimento ou de estatuto económico-social. O preço da habitação é estabelecido no mercado pela lei

da oferta e da procura. Como a oferta de terreno urbanizável foi limitada nos anos 70, em virtude de uma procura crescente, desenvolveram-se acesos mecanismos de concorrência entre as actividades e os indivíduos pela disputa dos sítios.

São necessidades decorrentes do próprio processo de acumulação de capital imobiliário que levam à especialização funcional e social dos imóveis, à distribuição desigual do produto-mercadoria casa, à manutenção da escassez, à rigidez do mercado formal de habitação, face a uma procura crescente. Esta, ao tornar-se insolvente, produz formas urbanas clandestinas de residir. Além destes aspectos mencionados, há que acrescentar a emergência e aprofundamento de formas de fragmentação e segregação sócio-espacial, sendo necessário interpretá-las como parte integrante do processo territorial em curso.

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração desta reflexão contribuiu, sem dúvida, a maturação de uma série de ideias discutidas em conversas informais com os colegas de seminário de “Problemática Social Urbana” do Mestrado de Estudos Urbanos do Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa, e com o Professor Jorge Malheiros, aos quais estamos gratos pelos incentivos com que motivaram a prossecução do presente trabalho. Ao professor Malheiros, em especial, um agradecimento pela oportunidade dos seus comentários críticos e honestos à versão inicial do texto. Para o sucesso contribuíram, igualmente, as reflexões resultantes de problemáticas urbanas discutidas nas sessões de seminário – incluindo as várias destinadas à realização de um profícuo trabalho de campo – numa fase inicial de discussão, com os colegas (sendo de destacar, neste contexto, Anselmo Amílcar, Vítor Antunes e Carlos Gonçalves) e, numa fase posterior, produto da apreciação das apresentações orais dos colegas em seminário aberto, no próprio espaço do Bairro da Cova da Moura. Agradeço também a Rui Carvalho – com quem tenho partilhado e discutido esta e outras temáticas desde os tempos de licenciatura – a produção do material cartográfico.

NOTA

Este artigo consiste numa versão revista do estudo ‘Revisitando o sebastianismo na urbanização clandestina’, incluído no livro *Geophilia, o sentir e os sentidos da Geografia* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARATA SALGUEIRO, T. (1977). Bairros clandestinos na periferia de Lisboa. *Finisterra*, 12(23): 28-55.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1983). *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana*

- na Área Suburbana de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1986). A promoção habitacional e o 25 de Abril. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20: 673-691.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1992). *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1994). Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. *Finisterra* 29 (57): 79-101.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1997). Lisboa: metrópole policêntrica e fragmentada. *Finisterra* 32 (63): 179-190.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1998). Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Inforgeo* 12/13: .225-235.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1999). Ainda em torno da fragmentação do espaço URBANO. *INFORGEO* 14: 65-76.
- BARATA SALGUEIRO, T. (2000). Fragmentação e exclusão nas metrópoles. *Sociedade e Território* 30: 16-26.
- BARATA SALGUEIRO, T. (2001). *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta Editora.
- CABRAL, J. (1986). Habitação e informalidade. In AA VV. (eds.), *Clandestinos em Portugal*, 51-66. Lisboa: Leituras, Livros Horizonte.
- CARLOS, A. F. A. (1992). *A Cidade*. São Paulo: Editora Contexto.
- CARLOS, A. F. A. (1994). *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CASTELLS, M. (1974), *Monopolville. L'Entreprise, l'Etat et l'Urbain*. Paris: Mouton.
- CASTELLS, M. (1975). Immigrant workers and class struggles: the Western European experience. *Politics and Society* 5 (1): 33-66.
- CASTELLS, M. (1977). *The Urban Question*. Londres: Edward Arnold.
- CASTELLS, M. (1978). Collective consumption and urban contradictions in advanced capitalism. In I. Susser (eds.) (2002), *The Castells Reader on Cities and Social Theory*, 107-129. Oxford: Blackwell.
- FONSECA, M. L. (1990). *População e Território. Do País à Área Metropolitana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- FONSECA, M. L. (2007). Dinâmicas de integração sócio-espacial e exclusão ao nível de bairro: o caso de Mira-Sintra. In Vale, M. et al. (eds.), *Geophilia. O Sentir e os Sentidos da Geografia*, 285-302. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- GOTTDIENER, M. (1985). *The Social Production of Urban Space*. Austin: University of Texas Press.
- HARVEY, D. (1973). *Social Justice and the City*. Londres: Edward Arnold.
- HARVEY, D. (1975). The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marxian theory. *Antipode* 7: 9-21.
- HARVEY, D. (1978). The urban process under capitalism. *International Journal*

- of Urban and Regional Research* 2: 101-131.
- HARVEY, D. (1982). *The Limits to Capital*. Oxford: Blackwell.
- HARVEY, D. (1985). *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell.
- HARVEY, D. (1987). Flexible accumulation through urbanization: reflections on “post-modernism” in the american city. *Antipode* 19 (3): 260-286.
- HARVEY, D. (1989). *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell.
- HARVEY, D. (1991). The urban face of capitalism. In J. Hunt (eds.), *Our Changing Cities*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- HARVEY, D., Scott, A. (1989). The practice of human geography: theory and empirical specificity in the transition from fordism to flexible accumulation. In B. Macmillan (eds.), *Remodelling Geography*, 217-229. Oxford: Blackwell.
- LEFEBVRE, H. (1972). *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Póvoa de Varzim: Editora Ulisseia.
- LEFEBVRE, H. (1974). *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos. (Edição inglesa: Lefebvre, H. (2003), *The Production of Space*, Oxford: Blackwell).
- LOJKINE, J. (1977). *Le Marxisme, L'État et la Question Urbaine*. Paris: Presses Universitaires.
- MALHEIROS, J. et al (2006). *Relatório Diagnóstico: Síntese de Caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura*. Amadora: GAT da Cova da Moura. (Policopiado).
- MALHEIROS, J.; Mendes, M. et al. (2007). *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- MENDES, L. F. (2007). Revisitar o sebastianismo na urbanização clandestina. In Vale, M. et al. (eds.), *Geophilia. O Sentir e os Sentidos da Geografia*, 227-245. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- RODRIGUES, C. (1984). Imperfeições ou dualismo no mercado de habitação?. *Sociedade e Território* 1: 38-45.
- RODRIGUES, C. (1986). Eficiência e equidade na produção do espaço clandestino. In AA VV. (eds.), *Clandestinos em Portugal, Leituras*, 69-81. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA PEREIRA, R. (1963). Problemática da habitação em Portugal – I. *Análise Social* 1: 33-64.
- SMITH, N. (1979a). Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people. *Journal of the American Planning Association* 45: 538-548.
- SMITH, N. (1979b). Gentrification and capital: theory, practice and ideology in Society Hill. *Antipode* 11 (3): 24-35.
- SMITH, N. (1982). Gentrification and uneven development. *Economic Geography* 58: 139-155.
- SMITH, N. (1984). *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of*

Space Oxford: Blackwell.

SMITH, N. (1986). Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. In N. Smith; P. Williams (eds.), *Gentrification Of The City*, 15-34. Londres: Allen & Unwin.

SMITH, N. (1987). Gentrification and the rent gap. *Annals of the Association of American Geographers* 77 (3): 462-465.

SMITH, N. (1996a). *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*. Londres: Routledge.

SMITH, N. (1996b). Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. In S. Fainstein; S. Campbell (eds.), *Readings in Urban Theory*, 338-358., Oxford: Blackwell.

SOUSA SANTOS, B. (1982). O Estado, o Direito e a Questão Urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 9: 11-86.